

ENGELS E A TEORIA DO IMPERIALISMO

ENGELS Y LA TEORÍA DEL IMPERIALISMO

ENGELS AND THE THEORY OF IMPERIALISM

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.42925>

Oswaldo Coggiola¹

Resumo: A análise das tendências do capitalismo para a monopolização econômica não levou Marx e Engels à formulação de uma teoria específica do imperialismo capitalista. No entanto, é possível encontrar na fase madura de Engels, posterior à morte de seu companheiro, uma atenção voltada para os elementos que, posteriormente e em outros teóricos, viram compor as diversas teorias acerca do imperialismo contemporâneo.

Palavras-Chave: imperialismo – capital financeiro – monopólio – Bolsa de Valores - colonialismo

Resumen: El análisis de las tendencias del capitalismo hacia la monopolización económica no llevó a Marx y Engels a formular una teoría específica del imperialismo capitalista. Sin embargo, es posible encontrar en la etapa de madurez de Engels, tras la muerte de su compañero, una atención dirigida a los elementos que, posteriormente y en otros teóricos, vieron componer las diversas teorías sobre el imperialismo contemporáneo.

Palavras-Chave: imperialismo – capital financeiro – monopólio – Bolsa de Valores - colonialismo

Abstract: The analysis of the tendencies of capitalism leading to economic monopolization didn't allow Marx and Engels to formulate a specific theory of capitalist imperialism. However, it is possible to find in Engels' stage of maturity, after the death of his comrade, an attention directed to the elements that, later and in other theorists, came to compose the various theories about contemporary imperialism.

Palavras-Chave: imperialismo – capital financeiro – monopólio – Bolsa de Valores - colonialismo

Geralmente, a obra de Marx e Engels é apresentada como desvinculada da formulação de uma teoria do imperialismo, tal como ela viria a ser apresentada a partir dos debates entre socialistas na virada do século XIX para o século XX. Marx faleceu em 1883; Engels o sobreviveu em doze anos, vindo a morrer em 1895, mantendo-se ativo até o final de sua existência. Ou seja, Engels testemunhou plenamente a primeira fase da expansão imperialista, e teve participação direta nos debates a respeito na Internacional Socialista. A Internacional foi fundada em 1889, em congresso realizado em Paris, preparado largamente por Friedrich Engels, embora ele não participasse presencialmente nele. Foi só depois da morte de Marx que se desenvolveu, na Europa e nos EUA, um movimento operário de massas: dezenove partidos operários e socialistas foram fundados no continente europeu entre 1880 e 1896, somados a importantes federações nacionais de sindicatos.² Engels trabalhou ligado a essas organizações, tanto em seus estágios iniciais como quando elas começaram a se transformar em movimentos de massa. A Internacional Socialista se considerava

sucessora e continuadora da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) fundada em 1864 em Londres, e dissolvida em 1872, após a derrota da Comuna de Paris.

Resumindo a evolução política do socialismo, Lênin relatou, em *Duas Épocas na Vida da II Internacional*, que “os trabalhos que conduziram à constituição da Segunda Internacional tiveram lugar entre 1885 e 1890. O renascimento da organização internacional de trabalhadores depois da ruína da Primeira Internacional se produziu na linha de demarcação de duas épocas. Porque os anos de 1880-1890 foram um período de crise e de transformação em numerosos aspectos; foi nesses anos quando se abriu a era do imperialismo moderno, que atingiu seu apogeu no decorrer dos dez primeiros anos do século XX. A história da Internacional Socialista pode também ser dividida em dois períodos. O primeiro vai do Congresso de Paris (1889) ao de Amsterdã (1904). O segundo período se estende entre (os congressos de) Stuttgart e Basileia. É o sentido da ação da II Internacional no primeiro período de seu desenvolvimento. *Contra o imperialismo* foi a principal consigna da Internacional em seu segundo período”.³

Lênin resgatava elementos do desenvolvimento da Internacional como base da continuidade do movimento operário; só depois avançou uma hipótese para explicar porque, longe de desaparecer, como havia previsto Engels, a “aristocracia operária” metropolitana estendia-se com o desenvolvimento do capital monopolista, embora Lênin rejeitasse, até 1914, a hipótese de uma degeneração política da Internacional Socialista com essa base social. A expansão imperialista resultara da evolução e das contradições intrínsecas do capitalismo metropolitano? Não era esse o ponto de vista do principal ideólogo da Internacional, Karl Kautsky, quem argumentava que “o imperialismo não era produto de uma necessidade econômica inerente do capitalismo em certo estágio de seu desenvolvimento, mas uma política contingente (portanto, reversível) adotada pela burguesia em um contexto caracterizado por rivalidades coloniais”.⁴

Qual era esse contexto? A expansão econômica e colonial do século XIX viu surgirem, ao lado da Grã-Bretanha, novos concorrentes na partilha do mundo. Estados Unidos e Alemanha foram os mais significativos. Mas também a França (já possuidora de um importante império colonial) e, em menor medida, a Rússia e o Japão. Nessa concorrência pelo mercado mundial e pelas posses coloniais se preparavam as grandes linhas dos conflitos militares mundiais do século XX. O “novo capitalismo” metropolitano se baseava em sociedades por ações, forma muito mais plástica do capital do que aquela baseada na propriedade individual, familiar ou limitadamente societária; ela permitiu que a circulação de capitais atingisse níveis muito superiores, com a exportação de capitais para financiar empreendimentos e o débito público da periferia do mundo capitalista. A expansão do mercado mundial, na segunda metade do século XIX, deu vazão ao capital supérfluo inglês, em investimentos e circulação em diversos ramos de inversão. A base desse

processo era a maturidade atingida pelo capitalismo metropolitano: o capitalismo se afirmou como modo de produção dominante, destruindo as formas pré-capitalistas sobreviventes em diversos países europeus. Penetrou países com escasso desenvolvimento industrial, que conservaram sua soberania nacional (Rússia, ou a maior parte da América Latina), mas também territórios - na Ásia e na África, principalmente - que se transformaram em colônias. Finalmente, penetrou territórios vazios, ou esvaziados (através de genocídios) nas Américas e na Oceania.

Ora, esse fenômeno já tinha sido antecipado por Engels ao analisar as novas formas do capitalismo em finais do século XIX. O companheiro de Marx sublinhou a necessidade de “identificar na conquista colonial o interesse da especulação na Bolsa”;⁵ para Engels, a configuração das sociedades anônimas baseadas nas ações, como nova forma dominante do capital, antecipava negativamente a socialização futura dos meios de produção, num fragmento que cabe citar in extenso pela sua espantosa capacidade de síntese: “A rebelião das forças de produção, cada vez mais imponentes, contra a sua qualidade de capital, essa necessidade cada vez mais imperiosa de que se reconheça o seu caráter social, que obriga a própria classe capitalista a considerá-las cada vez mais abertamente como forças produtivas sociais, na medida em que é possível dentro das relações capitalistas. Tanto os períodos de elevada pressão industrial, com sua desmedida expansão do crédito, como o próprio crack, com o desmoronamento de grandes empresas capitalistas, estimulam essa forma de socialização de grandes massas de meios de produção que encontramos nas diferentes categorias de sociedades anônimas.

Alguns desses meios de produção e de comunicação já são por si tão gigantescos que excluem, como ocorre com as ferrovias, qualquer outra forma de exploração capitalista. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento já não basta tampouco essa forma; os grandes produtores nacionais de um ramo Industrial unem-se para formar um truste, um consórcio destinado a regular a produção; determinam a quantidade total que deve ser produzida, dividem-na entre eles e impõem, desse modo, um preço de venda de antemão fixado. Como, porém, esses trustes se desmoronam ao sobrevirem os primeiros ventos maus nos negócios, conduzem com isso a uma socialização ainda mais concentrada; todo o ramo industrial converte-se numa única grande sociedade anônima, e a concorrência interna dá lugar ao monopólio interno dessa sociedade única (...).

Nos trustes, a livre concorrência transforma-se em monopólio e a produção sem plano da sociedade capitalista capitula ante a produção planificada e organizada da nascente sociedade socialista. É claro que, no momento, em proveito e benefício dos capitalistas. Mas aqui a exploração torna-se tão patente, que tem forçosamente de ser derrubada. Nenhum povo toleraria uma produção dirigida pelos trustes, uma exploração tão descarada da coletividade por uma pequena quadrilha de cortadores de cupões. De um modo ou de outro, com ou sem trustes, o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, tem que acabar tomando a seu cargo o comando da produção. A necessidade a que corresponde essa transformação de certas empresas em propriedade do Estado começa a manifestar-se nas grandes empresas de transportes e comunicações, tais como o correio, o telégrafo e as ferrovias.

Além da incapacidade da burguesia para continuar dirigindo as forças produtivas modernas que as crises revelam, a transformação das grandes empresas de produção e transporte em sociedades anônimas, trustes e em propriedade do Estado demonstra que a burguesia já não é indispensável para o desempenho dessas funções. Hoje, as funções sociais do capitalista estão todas a cargo de empregados assalariados, e toda a atividade social do capitalista se reduz a cobrar suas rendas, cortar seus cupões e jogar na bolsa,

onde os capitalistas de toda espécie arrebataam, uns aos outros, os seus capitais. E se antes o modo capitalista de produção deslocava os operários, agora desloca também os capitalistas, lançando-os, do mesmo modo que aos operários, entre a população excedente (...).

Mas as forças produtivas não perdem sua condição de capital ao converter-se em propriedade das sociedades anônimas e dos trustes ou em propriedade do Estado. No que se refere aos trustes e sociedades anônimas, é palpavelmente claro. Por sua parte, o Estado moderno não é tampouco mais que uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo capitalista de produção contra os atentados, tanto dos operários como dos capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo Ideal. E quanto mais forças produtivas passe à sua propriedade tanto mais se converterá em capitalista coletivo e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuam sendo operários assalariados, proletários. A relação capitalista, longe de ser abolida com essas medidas, se aguça. Mas, ao chegar ao cume, esboroa-se. A propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é solução do conflito, mas abriga já em seu seio o meio formal, o instrumento para chegar à solução.

Essa solução só pode residir em ser reconhecido de um modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas e, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção. Para isso, não há senão um caminho: que a sociedade, abertamente e sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção a não ser a sua. Assim procedendo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, rompendo periodicamente as fronteiras do modo de produção e de troca, e só pode impor-se com uma força e eficácia tão destruidoras como o impulso cego das leis naturais, será posto em vigor com plena consciência pelos produtores e se converterá, de causa constante de perturbações e cataclismos periódicos, na alavanca mais poderosa da própria produção.⁶

A nova expansão do capital, simultaneamente, tinha relação com a expansão dos interesses financeiros. No prólogo à primeira edição dos volumes II e III de *O Capital*, preparados por ele, Engels procurou situar esses fenômenos no contexto do desenvolvimento geral do capitalismo. Segundo autores hodiernos, ainda não estávamos, porém, diante da caracterização de uma nova era histórica do desenvolvimento capitalista:

Discípulos mais recentes de Marx, incluindo Lênin, Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky, viriam a colocar o imperialismo no centro de suas análises sobre o capitalismo; porém, o próprio Marx, a exemplo do que ocorrera com seus escritos sobre o imperialismo nos anos 1850, não distinguia essa conexão.⁷

Ao mesmo tempo, Marx e Engels assumiram claras posições anti-imperialistas e anticolonialistas em relação, especialmente, à China e à Índia, mas analisavam os episódios sangrentos da partilha da Ásia e da África entre as metrópoles como aspectos das disputas geopolíticas entre as potências europeias. Nunca realizaram qualquer apologia da expansão colonial dessas potências; situaram-na no marco da expansão mundial das relações de produção capitalistas.

O debate sobre o imperialismo capitalista teve como eixos o papel decisivo do monopólio, o surgimento do capital financeiro como produto da fusão do capital bancário e industrial e sua hegemonia sobre as outras formas do capital,⁸ o predomínio da exportação do capital sobre a exportação de mercadorias, a divisão do mercado mundial entre os monopólios capitalistas competidores, a conclusão da divisão territorial do mundo.⁹ O debate afinou na busca de uma

interpretação global, que vinculasse e articulasse depressão econômica, expansão colonial, exportação de capital, disputas geopolíticas, nacionalismo xenófobo, racismo e nacionalismo. Embora não plenamente desenvolvidas, essas questões já tinham sido abordadas por Marx e Engels. A questão do monopólio já fora objeto da análise marxiana, nas observações sobre a empresa comercial e as sociedades anônimas, e sobre o novo papel das bolsas de valores e dos bancos; as sociedades anônimas foram caracterizadas como o ponto mais alto da organização capitalista da produção, e como antessala de um novo modo de produção. Em *O Capital*, a concentração e centralização do capital como resultado inevitável da luta competitiva foram relacionados com as mudanças estruturais que estavam preparando o caminho para o capitalismo monopolista. O desenvolvimento do capital monopolista - que fez, posteriormente, Eduard Bernstein e Rudolf Hilferding afirmarem que o capitalismo poderia resolver suas contradições através de um “capitalismo organizado” - e da exportação de capital foram antevistos por Marx e Engels como fatores que conduziam a um aprofundamento das contradições capitalistas.

O Capital analisou os benefícios extraordinários obtidos pelo capital monopolista da exploração das nações atrasadas: “Conforme a produção capitalista se desenvolve em um país, a intensidade e a produtividade do trabalho dentro dele vai remontando-se sobre o nível internacional. Por conseguinte, as diversas mercadorias da mesma classe produzidas em países distintos durante o mesmo tempo de trabalho têm valores internacionais distintos expressos em preços distintos, quer dizer, em somas de dinheiro que variam segundo os valores internacionais... De acordo com isto, o valor relativo do dinheiro será menor nos países em que impere um regime progressivo de produção capitalista do que naqueles em que impere um regime capitalista de produção mais atrasado. Daqui se segue igualmente que o salário nominal, o equivalente de força de trabalho expresso em dinheiro, tem que ser também maior nos primeiros países que nos segundos: o que não quer dizer, de modo algum, que este critério seja também aplicável ao salário real. Mas, ainda prescindindo destas diferenças relativas que em relação ao valor relativo do dinheiro nos diferentes países, encontramos com frequência que o salário diário ou semanal é maior nos primeiros países do que nos segundos, enquanto que o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto com a mais-valia como com o valor do produto, é maior nos segundos países do que nos primeiros”.¹⁰

Se produzia um movimento de capitais desde os países mais adiantados para os mais atrasados, em busca de taxas de lucro superiores. Criava-se uma *taxa de lucro média internacional*, em relação à qual as taxas de lucro dos países ricos estavam abaixo da média e a dos pobres, acima, o que constituía a base do benefício extraordinário derivado da exportação de capital, elevando sua taxa de lucro geral. O capital monopolista expressava as leis de movimento do capital em novas

condições históricas. O imperialismo era também um fenômeno político vinculado: 1) ao entrelaçamento inédito entre o capital e o Estado; 2) à desigual força dos Estados a escala mundial, que chega ao seu extremo as relações entre as metrópoles e as colônias. Mas isto se traduzia em resultados econômicos. A caracterização do imperialismo como etapa histórica, portanto, não teria um caráter conjuntural; pois marcava um ponto de inflexão histórico em que, de acordo com as suas próprias leis e tendências, a livre-concorrência se transformara em seu contrário, o monopólio. A monopolização do ramo bancário possibilitou e acelerou esse processo, mediante uma política de depósitos e créditos que permitiu eliminar os competidores dos monopólios em formação. Surgiu assim a que seria doravante a forma predominante do capital: o *capital financeiro*, resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial.

O “novo capitalismo” se baseava em sociedades por ações, forma mais plástica do capital; essa forma permitiu que a circulação de capitais atingisse níveis até então desconhecidos, com a exportação de capitais para financiar obras e o débito público da periferia capitalista do “mundo desenvolvido”. Segundo Engels “a Bolsa modifica a distribuição no sentido da centralização, acelera enormemente a concentração de capitais e, nesse sentido, é tão revolucionária quanto a máquina a vapor”. Ele sublinhou a necessidade de “identificar na conquista colonial o interesse da especulação na Bolsa”; a nova expansão do capital tinha relação com a expansão dos interesses financeiros. Engels observou que o capital vinculava a conquista colonial com o novo papel da Bolsa. Com uma conclusão central: “É ainda a magnífica ironia da História: à produção capitalista só resta agora conquistar a China, e quando finalmente o realizar, tornar-se impossível fazê-lo na sua própria pátria”. Na década de 1890, no prólogo aos volumes II e III de *O Capital*, Engels procurou situar esses fenômenos no desenvolvimento geral do capitalismo: “A colonização é hoje uma efetiva filial da Bolsa, no interesse da qual as potências europeias partilharam a África, entregue diretamente como botim às suas companhias”.

O debate reformulava uma questão que já tinha mais de meio século de existência: “O termo ‘imperialismo’, desde seus primórdios, na década de 1840, mudou seu significado doze vezes, e ninguém da geração atual está ciente de seu primeiro significado ou dos significados subsequentes que esse termo possuía nos dias de Palmerston e Disraeli. Hoje, a palavra pode ser encontrada aplicada a sistemas de controle mantidos em um território por colonos densamente povoados do povo dominante, mas também à influência política exercida por agências militares e administrativas, ou mesmo à influência de interesses comerciais que conseguiram se impor no país dependente. O domínio chamado de ‘imperialista’ pode ter se originado na conquista ou em tratados concluídos com governantes indígenas. O valor prático da dominância parece na maioria dos casos se

materializar nos retornos financeiros. Mas o imperialismo também pode ser pensado como constantemente preocupado em garantir posições internacionais estratégicas avançadas”.¹¹

No passado, o colonialismo tinha estado estreitamente vinculado ao tráfico internacional de escravos, que sobreviveu até depois de meados do século XIX. Em carta a Engels (de 1860), Marx afirmava que a luta contra a escravidão era “a coisa mais importante que estava acontecendo no mundo”. Karl Marx não foi original devido a pôr em evidência as iniquidades da escravidão africana, o que era um consenso na “sociedade ilustrada” europeia, mas por situá-la no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista: “No Brasil, no Suriname, nas regiões meridionais da América do Norte, a escravidão direta é o pivô em cima do qual nosso industrialismo de hoje faz girar a maquinaria, o crédito, etc. Sem escravidão não haveria nenhum algodão, sem algodão não haveria nenhuma indústria moderna. *É a escravidão que tem dado valor às colônias*, foram as colônias que criaram o comércio mundial, e o comércio mundial é a condição necessária para a indústria mecânica em grande escala. Consequentemente, *antes do comércio de escravos, as colônias davam muito poucos produtos ao mundo velho, e não mudaram visivelmente a face do mundo.*

A escravidão é consequentemente uma categoria econômica de suprema importância. Sem escravidão, a América do Norte, a nação a mais progressista, ter-se-ia transformado em um país patriarcal. Risque-se apenas a América do Norte do mapa dos povos e ter-se-á a anarquia, a decadência completa do comércio e da civilização modernos. Mas fazer desaparecer a escravatura seria riscar a América do mapa dos povos. Por isso a escravatura, sendo uma categoria econômica, se encontra desde o começo do mundo em todos os povos. Os povos modernos só souberam disfarçar a escravatura no seu próprio seio e importá-la abertamente no Novo Mundo.¹²

Não eram as colônias as que precisavam de escravos (havia colônias sem escravos), mas a escravidão a serviço da acumulação capitalista a que precisava de colônias.

Diversa era a situação em finais do século XIX: no esteio da Inglaterra, todas as grandes potências tinham decretado a proibição da escravidão; a nova *perce*e europeia na África e no mundo colonial era realizada, com outros objetivos, em nome da liberdade de comércio e de investimento. Em 1843, quando era quase o único país exportador de capital, a Inglaterra possuía títulos da dívida pública dos países da América por valor de 120 milhões de libras esterlinas (vinte vezes mais que o montante dos investimentos britânicos além-mar nas maiores 24 companhias mineiras). Em 1880, o montante desses mesmos títulos, da América Latina, dos EUA e do Oriente, de posse da Inglaterra, já ascendia a 820 milhões de libras esterlinas, sete vezes mais. A exportação de capitais não tinha substituído, mas acompanhado, o crescimento da corrente comercial: a partir de 1840 verificara-se uma forte expansão do comércio externo britânico; em 1860, as exportações inglesas já representavam 14% da renda nacional, percentual que cresceu até atingir, nas vésperas da guerra mundial, 40% dessa renda.¹³

No que diz respeito ao aspecto financeiro, em 1915, calculava-se em 40 bilhões de dólares (200 bilhões de francos), os capitais exportados pela Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Holanda, cifra que superava folgada e qualitativamente aquelas correspondentes ao mesmo rubro no século XIX. No que concerne à disputa estratégica, na virada para o século XX, com a Conferência de Berlim (1885) e a “corrida colonial” das potências europeias, o debate sobre a questão deixou de se referir a uma dominação imperial em particular (a britânica) e cada vez mais a um *sistema*, baseado numa rede econômica e dotado de suas próprias características, vinculadas com as do modo de produção capitalista, e nesse sentido foi objeto de discussão por parte de autores socialistas e marxistas. A questão dividiu a Internacional Socialista e o movimento operário na década que precedeu o enfrentamento bélico mundial. Posta no primeiro plano da política internacional, ela não preocupou apenas socialistas: o primeiro estudo clássico sobre o imperialismo (modelo para muitos que o seguiram), escrito em inícios do século XX, foi obra do economista liberal inglês John A. Hobson, e referido basicamente (embora não somente) ao colonialismo e ao “império informal” britânico.¹⁴

Os motivos eram fortes. O império inglês conhecera um desenvolvimento fulminante no último quartel do século XIX. Em 1879, Inglaterra empreendeu a “segunda guerra afegã”, que criou um “Estado tampão” (o Afeganistão) entre ela e a expansão oriental da Rússia. Na China, os ingleses estabeleceram-se em Xangai, Hong-Kong e outros pontos costeiros e insulares. Na África, graças às iniciativas de Cecil Rhodes, alimentou-se cada vez mais o sonho de construir um império inglês ininterrupto entre o Cairo, no Egito, e a Cidade do Cabo, na África do Sul, o que foi parcialmente conseguido depois da Conferência de Berlim, que legitimou a anexação inglesa de todos os territórios ao longo desse corredor (Egito, Sudão, Quênia, Rodésia - que tomou seu nome do paladino do Império Britânico na África - e Transvaal). A expansão colonial-militar inglesa, porém, já suscitava reações negativas na metrópole, incluídas as dos setores burgueses que preferiam uma forma menos custosa e mais segura de garantir os lucros advindos dos investimentos externos e do comércio internacional: Hobson propôs, em finais do século XIX, aos círculos dirigentes ingleses, a retirada do país da Índia.

A aquisição de novos territórios africanos fora uma medida defensiva dos expansivos interesses mundiais ingleses que sofriam o ataque de outras potências. No quadro dessa corrida colonial, a África perdeu qualquer independência política. Os franceses expandiram-se para o interior e para Sul africanos, criando em 1880, a colônia do Sudão Francês (atual Mali); nos anos que se seguiram, ocuparam grande parte do Norte de África e da África ocidental e central. Leopoldo II da Bélgica, por sua vez, “usava um de seus Estados, o Congo, para fortalecer seu outro Estado, a Bélgica. Sonhava com prosperidade econômica, estabilidade social, grandeza política e

orgulho nacional. Na Bélgica, claro – caridade bem entendida começa em casa. Reduzir seu empreendimento a um enriquecimento pessoal não faz justiça aos motivos nacionais e sociais de seu imperialismo. A Bélgica era ainda jovem e instável; com o Limburgo holandês e o Luxemburgo tinha perdido importantes porções de seu território; católicos e liberais estavam dispostos a se devorar crus; o proletariado começava a se movimentar: um coquetel explosivo. O país parecia ‘uma caldeira sem válvula de escapamento’, segundo Leopoldo. O Congo se transformou nessa válvula”.¹⁵

Na Europa, Leopoldo II apresentava sua “obra” colonial com uma aureola de altruísmo humanitário, de defesa do livre comércio e de luta contra o comércio de escravos, mas, na África, expropriava os povos locais de todas suas terras e recursos, com seu exército privado, que submetia à população a trabalhos forçados. A crueldade repressiva incluía assassinatos, violações, mutilações e decapitações. Dez milhões de congolezes, estimadamente, perderam a vida entre 1885 (ano do reconhecimento internacional do “Livre Estado do Congo”) até 1908 (alguns autores elevam essa cifra até vinte milhões). Leopoldo II morreu em 1909; durante seu reinado a população do Congo se reduziu em mais de dois terços (de trinta para nove milhões de habitantes nativos). A história colonial do Congo expõe um dos genocídios mais sangrentos da era contemporânea.

Nas metrópoles, os partidos socialistas se opuseram (foram os únicos a fazê-lo) à onda de investidas colonialistas na África. Em março de 1885, depois do ataque britânico contra a Alexandria, a *Socialist League* inglesa distribuiu em todo o país milhares de cópias de uma declaração em que se lia: “Uma guerra injusta e malvada foi desencadeada pelas classes dominantes e proprietárias deste país, com todos os recursos de civilização, contra um povo mal armado e semibárbaro, cujo único crime é o de ter se rebelado contra a opressão estrangeira, que as próprias classes mencionadas admitem ser infame. Dezenas de milhares de trabalhadores, tirados da atividade neste país, foram desperdiçados para realizar uma carnificina de árabes, pelas razões que seguem: 1) Para que África Oriental possa ser ‘aberta’ ao envio de mercadorias com data vencida, péssimas bebidas alcoólicas, doenças venéreas, bibelôs baratos e missionários, tudo para que comerciantes e empresários britânicos possam fincar seu domínio sobre as ruínas da vida tradicional, simples e feliz, dos filhos do deserto; 2) Para criar novos e vantajosos postos de governo para os filhos das classes dominantes; 3) Para inaugurar um novo e favorável terreno de caça aos esportistas do exército que acham tediosa a vida na pátria, e estão sempre prontos para um pequeno genocídio de árabes, quando exista a ocasião.. Mas, quem é que vai ao combate nesta e em análogas ocasiões? As classes que estão à procura de mercados? São elas as que constituem a tropa de nosso exército? Não! São os filhos e os irmãos da classe trabalhadora de nosso país. Que por um soldo miserável são obrigados a servir nestas guerras comerciais. São eles que conquistam, para as ricas

classes médias e superiores, novos países a serem explorados e novas populações para serem despojadas...”¹⁶

Assinavam a declaração 25 responsáveis socialistas e operários ingleses, encabeçados por Eleanor Marx-Aveling, filha caçula de Karl Marx que trabalhava estreitamente vinculada a Friedrich Engels, a quem considerava seu “tio”, e provavelmente autora do documento, pois era responsável pela rubrica internacional do jornal socialista inglês. Na Internacional Socialista, no entanto, ganharam força os posicionamentos que justificavam a colonização africana (e outras) em nome da “missão civilizadora” da Europa. Os socialistas revolucionários, anti-imperialistas, sustentavam que a guerra colonial era a maneira de manter os privilégios das grandes burguesias metropolitanas e a condição para que se mantivesse o nível de vida de parcelas privilegiadas do proletariado europeu. Marx e Engels já tinham apontado esse fato no que dizia respeito à atitude do operário inglês em relação à colonização da Irlanda.

Em resumo, é principalmente em Friedrich Engels que encontramos os elementos que, vinculados em uma articulação lógico-histórica, constituiriam em inícios do século XX os elementos em torno dos quais seriam construídas as diversas teorias acerca do imperialismo contemporâneo: nova fase do desenvolvimento capitalista, caracterizada pelos monopólios – articulação política destes com os Estados – novas formas do capital, caracterizadas pelo domínio financeiro e pelo novo papel das Bolsas de Valores – vinculação dos interesses capitalistas articulados através das Bolsas com a “nova conquista colonial” – configuração de um “círculo” (ou “circuito fechado”) incluindo capitais, monopólios, Bolsas de Valores, expansão colonial e violência contra as populações autóctones, que assumiria formas horrorosas ao longo do século XX, até projetar-se nas próprias metrópoles capitalistas sob a forma de um racismo desenfreado, de características genocidas.

Referências:

- ANDREUCCI, Franco. *Socialdemocrazia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale, 1884-1914. Roma, Editori Riuniti, 1988.
- BAIROCH, Paul. *Revolución Industrial y Subdesarrollo*. México, Siglo XXI, 1967.
- ENGELS, Friedrich. *Socialisme Utopique et Socialisme Sientifique*. Paris, Aden, 2005 [1880].
- HOBSON, John A. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1978 [1902].
- KAPP, Yvonne. *Eleanor Marx*. Turim, Einaudi, 1980.
- KEMP, Tom. *Teorie dell'Imperialismo*. De Marx a oggi. Turim, Einaudi, 1969.
- KOEBNER, Richard; SCHMIDT, Helmut Dan. *Imperialism*. The story and significance of a political word, 1840-1960. Londres, Cambridge University Press, 1964.
- LÊNIN, Vladimir I. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro III, Vol.1, São Paulo, Abril Cultural, 1986.

QUIROGA, Manuele; GAIDO, Daniel. La teoría del imperialismo en Rosa Luxemburgo y sus críticos: la era de la Segunda Internacional. *Crítica Marxista* n° 37, São Paulo, outubro de 2013.

REYBROUCK, David Van. *Congo* Une histoire. Paris, Actes Sud/Fond Flammand des Lettres, 2012.

SPERBER, Jonathan. *Karl Marx*. Uma vida no século XIX. Barueri, Amariyls, 2014.

STEENSON, Gary. *After Marx, Before Lenin*. Marxism and socialist working-class parties in Europe, 1884-1914. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1991.

Notas:

- ¹ Graduado em Economia Política e História na Université ParisVIII (1979). É doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente professor titular da Universidade de São Paulo na área de História Contemporânea. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9924-0984> E-mail: coggiola@usp.br
- ² Gary Steenson. *After Marx, Before Lenin*. Marxism and socialist working-class parties in Europe, 1884-1914. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1991.
- ³ In: Vladimir I. Lênin. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- ⁴ Manuel Quiroga e Daniel Gaido. La teoría del imperialismo en Rosa Luxemburgo y sus críticos: la era de la Segunda Internacional. *Crítica Marxista* n° 37, São Paulo, outubro de 2013.
- ⁵ *Apud* Franco Andreucci. *Socialdemocracia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale, 1884-1914. Roma, Editori Riuniti, 1988.
- ⁶ Friedrich Engels. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Aden, 2005 [1880].
- ⁷ Jonathan Sperber. *Karl Marx*. Uma vida no século XIX. Bruei, Amariyls, 2014.
- ⁸ Antevista por Marx na forma D-D', "inversão e materialização das relações de produção elevadas à potência máxima", "mistificação capitalista em sua forma mais brutal".
- ⁹ Tom Kemp. *Teorie dell'Imperialismo*. De Marx a oggi. Turim, Einaudi, 1969.
- ¹⁰ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, Vol.1 (São Paulo, Abril Cultural, 1986).
- ¹¹ Richard Koebner e Helmut Dan Schmidt. *Imperialism*. The story and significance of a political word, 1840-1960. Londres, Cambridge University Press, 1964.
- ¹² Karl Marx. Carta a Pável V. Annekov (1846).
- ¹³ Paul Bairoch. *Revolución Industrial y Subdesarrollo*. México, Siglo XXI, 1967.
- ¹⁴ John A. Hobson. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1978 [1902].
- ¹⁵ David Van Reybrouck. *Congo*. Une histoire. Paris, Actes Sud/Fond Flammand des Lettres, 2012.
- ¹⁶ *Apud* Yvonne Kapp. *Eleanor Marx*. Turim, Einaudi, 1980.

Recebido em: 10.2020

Aprovado em: 10.2020